

A LONGEVIDADE DA POPULAÇÃO IDOSA E A INTRODUÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO COMO VEÍCULO DE RESGATE DA IDENTIDADE DE IDOSOS ATIVOS NA SOCIEDADE – Lígia Maria silva de Oliveira, Prof^ª. Dra Hellen Raiz Engler. – Inter Áreas – Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

A presente pesquisa tem como objetivo principal uma análise do crescimento da população idosa como um todo, sendo de importante relevância devido a grande concentração de pessoas idosas no Brasil nas últimas décadas.

Fazendo uma breve análise histórica, a geriatria começa sua vida embrionária a partir do século XIX, com a criação de asilos, propiciando a coleta de dados para novos estudos.

Entre 1914- 1930 a questão da velhice não era um assunto agradável, somente entre os anos 30 e 50 percebeu-se que o número de idosos havia-se duplicado nos E.U.A. Inúmeras pesquisas eclodiram, as publicações, sociedades de gerontologia, os estudos sobre a velhice ganharam campo em vários países.

Vivemos este aumento nos dias atuais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) apontam que considerando a continuidade das tendências verificadas de taxas de fecundidade e longevidade, as estimativas para os próximos 20 anos indicam que a população idosa poderá exceder 30 milhões de pessoas.

Diante desta perspectiva de crescimento o Estado encontra-se falho em políticas públicas para atender esta população de forma íntegra, sendo o maior exemplo o nosso sistema previdenciário onde o idoso trabalhou anos contribuindo mensalmente e quando aposentado o benefício não supri suas necessidades básicas, um dos fatores que levam o idoso a institucionalização involuntária.

O principal fator encontrado durante visitas em instituições que levam o idoso ser internado é a situação econômica precária, pois geralmente a família não possui condições para administrar os cuidados necessários ao idoso, pois o benefício não é o bastante, diante desta realidade o mesmo é institucionalizado, com um processo de mudança que pode provocar profunda ansiedade e muita apreensão. Na instituição o idoso enfrenta grandes dificuldades de adaptação saindo de um círculo de pessoas para viver em um grupo restrito tendo que dividir quarto ou até mesmo banheiro com uma pessoa que nunca teve contato.

Na instituição o idoso sente-se um ser sem identidade fora da sociedade produtiva, pois recebe tudo que precisa pelas mãos de terceiros, já não vai ao banco e nem à padaria como era de costume.

Devido a esses fatores pode-se pensar na introdução do trabalho voluntário aos idosos, para o desenvolvimento de possibilidades que garantam o sentido implícito no exercício de viver.

A atuação dessas pessoas maiores de sessenta anos apresenta uma riqueza buscando incentivar a revisão de valores e crenças. O valor dessas atividades é de grande importância para o capital, pois considerando o contexto geral em que esta inserida o papel do trabalho, podemos fazer referências a visão Marxista em que o trabalho é uma das bases do sustento das economias de modelo capitalista predominante no mundo em que vivemos baseada na relação de troca.

Esse trabalho feito pelo idoso pode ser, por exemplo, cuidadores de netos para aqueles que não estão institucionalizados e vive com os filhos ou até mesmo em casa e que tenham condições físicas e psicológicas para o desenvolvimento da atividade, com isso sentirá ativo na sociedade, já os idosos institucionalizados poderão se sentir ativos fazendo trabalhos dentro da instituição como: alfabetizar aqueles que não são alfabetizados, falar assuntos relacionados à higiene e cuidados pessoais, dentre outros.

As idéias citadas são apenas um esboço diante da introdução do trabalho voluntário na Terceira Idade, visando a auto afirmação da pessoa idosa, como indivíduo que colaborou para com a sociedade, quer com trabalho que desempenhou ou com a sua atitude de cidadão no decorrer de sua existência e é preciso amparo legal e social para que isto ocorra.

Ficamos na espera de políticas de amparo à Terceira Idade por parte do Estado para que os profissionais que trabalham com esta população possam viabilizar projetos de integração dos mesmos junto ao meio social, cessando todos os tipos de abandono, discriminação e perda de identidade, totalmente contrária aos direitos adquiridos junto ao Estatuto do Idoso.

BIBLIOGRAFIA

BEAVOIR, Simone de A. **A velhice**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2001. Folheto.

CÃNOAS, Cilene Swaim. **A Condição Humana do Velho**.1.ed. Cortez .SP.

BOLSA: extensão Acadêmica I (PAE)